

# TOMBAMENTO

Deputados federais lançam hoje movimento contra as agressões ao plano urbanístico da capital. Grupo pretende formular e discutir projetos que busquem conservar a cidade como ela foi planejada

# Frente para preservar Brasília

ALINE FONSECA  
DA EQUIPE DO CORREIO

**M**udança de destinação de áreas públicas, *puxadinhos* nas entrequadras comerciais, publicidade espalhada pelo Eixo Monumental. As freqüentes agressões ao tombamento da cidade levaram deputados federais de vários partidos a criar uma Frente Parlamentar em Defesa de Brasília. O movimento será lançado hoje, às 14h, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

A idéia da frente é da petista Maria José Maninha, que garante ser suprapartidária. O movimento tem como finalidade mobilizar parlamentares a discutir e formular projetos para conservar a cidade como ela foi planejada. "A gente presencia o descaso com o patrimônio da humanidade o tempo todo, a cada momento. O que se desrespeita o tombamento é um absurdo, todo dia é uma nova agressão", explica a deputada.

Um grupo de pouco mais de 30 deputados já assinou a lista para compor a Frente em Defesa de Brasília. Entre eles, o pefelista José Roberto Arruda, que apóia o movimento desde que ele se mantenha acima dos interesses partidários. "A frente vai tratar de questões como mudança de destinações de áreas, agressão ao tombamento e à especulação imobiliária descabida. Nesses anos, o interesse imobiliário exagerado tem prejudicado a manutenção da cidade", diz Arruda.

Na prática, entretanto, a frente pode interferir indiretamente no Legislativo local, acusado de causar mais transtornos do que soluções à preservação de Brasília. "Se formos esperar que a Câmara Legislativa tome providências, então vamos esperar muito", ironiza Maninha.

Nos últimos anos, os distritais têm aprovado leis que ferem o tombamento, como a criação do sétimo andar nos edifícios das superquadra, a mudança de destinação de áreas públicas sem justificativa social e a legalização dos *puxadinhos* nas entrequadras comerciais. "O poder da Câmara Legislativa é inquestionável, mas não significa que o Congresso não possa manter uma linha de defesa da capital do país, afinal é a capital de todos", acredita Arruda.

A líder do PT na Câmara Legislativa, Arlete Sampaio, admite a insuficiência do Legislativo local na preservação da cidade, mas garante que não está omissa. "É verdade que a Câmara tem sido

insuficiente em diversos temas, inclusive esse. Mas há pessoas que trabalham ativamente, alguns até da base governista", defende Arlete. "É até importante que a bancada federal crie esse movimento porque nós também achamos que eles estão omissos no debate da preservação da cidade", alfineta.

Já o líder do PMDB na Câmara Legislativa, deputado Odilon Aires, apóia a idéia de Maninha. "Não interfere no Legislativo local porque cada um tem sua função. Até apoiamos o movimento porque o papel de defender a cidade é de todo mundo", afirma o distrital, que vai apresentar na Conferência Nacional do PMDB, dia 12 de dezembro, uma moção contra a criação do estado do Planalto, que segundo ele seria contra a preservação de Brasília.

## Fórum de discussão

Além dos deputados, a frente parlamentar vai contar com as idéias e estudos de entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), do Iphan, de Maria Elisa Costa, pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e professores do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). "Pode se tornar um bom fórum para

discutir a legislação do tombamento, que tem interpretações ao sabor de quem está no cargo de comando", acredita o presidente do IAB, Otto Ribas.

O movimento, no entanto, não é unânime. Nem todos acham que a conservação depende de uma frente parlamentar. "É uma

atitude antiga e ultrapassada, não adianta impor à sociedade que é preciso conservar, é preciso mudar o modelo de gestão da cidade", critica o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Frederico Flósculo Barreto. Ele defende a idéia de que as prefeituras comunitárias devem receber parte do dinheiro do IPTU para cuidar das quadras. "A partir do momento que forem responsáveis civil e administrativamente pela cidade, começarão a cuidar e prestar atenção nela", afirma o professor.

O superintendente regional do Iphan, Alfredo Gastal, também avalia que a sociedade tem de participar ativamente da preservação da cidade. Ele inclusive propõe a discussão da retirada do Sudoeste da área tombada, porque foi construído bem diferente do plano de Lucio Costa. "O conjunto urbanístico de Brasília e a arquitetura precisam ser preservados e eles são permanentemente agredidos", diz Gastal.

“O CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA E A ARQUITETURA PRECISAM SER PRESERVADOS”

Alfredo Gastal, superintendente regional do Iphan

Adauto Cruz/CB



PUBLICIDADE NA GALERIA DOS ESTADOS: DEPUTADOS FEDERAIS AVALIAM QUE POLUIÇÃO VISUAL NA ÁREA TOMBADA INTERFERE NO PLANO ORIGINAL DA CIDADE

## PREOCUPAÇÕES DOS DEPUTADOS

### Especulação imobiliária

● A construção descabida de novos setores, como no Sudoeste, que faz parte da área tombada, mas não estavam previstos no plano original de Lucio Costa.

### Mudança de destinação de áreas públicas

● Áreas verdes e parte da escala bucólica estão se transformando em estacionamentos, igrejas, comércio.

### Poluição visual

● O excesso de outdoors, *frontlights* e todo tipo de publicidade na área tombada interfere na paisagem do plano original da cidade.

### Sétimo andar

● Os novos prédios das quadras da Asa Norte e Sudoeste estão sendo construídos com o sétimo andar e alguns até com um oitavo, disfarçados de cobertura coletiva.

### Puxadinhos

● O comércio nas entrequadras invade a área pública para ampliação das lojas.